



PROGRAMA
DE AÇÕES
AFIRMATIVAS
UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Comissão de Acompanhamento dos Alunos
do Programa de Ações Afirmativas
Comissão de Acesso e Permanência
do Estudante Indígena

Estudantes Indígenas no Ensino Superior

UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA UFRGS



ORGANIZADORES

Maria Aparecida Bergamaschi
Edilson Nabarro
Andréa Benites



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente



PROGRAMA
DE AÇÕES
AFIRMATIVAS
UFRGS

**COMISSÃO DE ACESSO
E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE
INDÍGENA**

Edilson Amaral Nabarro, presidente
Secretaria de Assistência Estudantil

Andréa dos Santos Benites

Pró-Reitoria de Graduação

Maria Aparecida Bergamaschi

Faculdade de Educação

Eduardo de Bastos Santos

Faculdade de Veterinária

José Otávio Catafesto de Souza

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Maria Adélia Pinhal de Carlos, COPERSE

Representante dos Estudantes Indígenas

Maria Antonieta Peruzzi

Patrícia Oliveira Brito

Secretaria de Assistência Estudantil

Bárbara Bomfim

Bolsista



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Comissão de Acompanhamento dos Alunos
do Programa de Ações Afirmativas
Comissão de Acesso e Permanência
do Estudante Indígena

Estudantes Indígenas no Ensino Superior

UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA UFRGS



ORGANIZADORES

Maria Aparecida Bergamaschi
Edilson Nabarro
Andréa Benites

© dos autores
1ª edição: 2013

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Preparação dos originais e organização do material: Maria Aparecida Bergamaschi, Edilson Amaral Nabarro e Andréa dos Santos Benites

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão editorial: Fernanda Kautzmann e Rosangela de Mello
Editoração eletrônica: Alice Hetzel e Jaqueline Moura

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

U58e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas. Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

200 p. : il. ; 17,5x25cm

Apresentação de Rui Vicente Oppermann, Vice-Reitor da UFRGS

Inclui figuras e tabelas.

1. Educação superior. 2. Alunos indígenas – Ensino superior. 3. Acolhimento – Acompanhamento – Estudantes indígenas – UFRGS. 4. Ensino superior – Povos indígenas. 5. Ingresso – Permanência – Estudantes indígenas – UFRGS. 6. Relatório – CAPEIn – 2008-2011. 7. Programa de Ações Afirmativas – UFRGS. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas. Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena. II. CAPEIn. UFRGS. III. Título.

CDU 378.4 UFRGS

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0211-8

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE INDÍGENA (CAPEIn) – 2008-2011

Andréa dos Santos Benites
Edilson Amaral Nabarro
Eduardo de Bastos Santos
José Otávio Catafesto de Souza
Maria Adélia Pinhal de Carlos
Maria Aparecida Bergamaschi*

1 *Estudantes indígenas na UFRGS*

A presença indígena no ensino superior no Brasil é um acontecimento recente na história da educação brasileira, inserido na trajetória mais ampla dos povos indígenas, que lutam para colocar em prática o que a Constituição do nosso País assegura: uma educação escolar que respeite os processos próprios de aprendizagem, bem como o acesso aos conhecimentos e ao domínio dos códigos da chamada sociedade nacional. Vemos, nas três últimas décadas, um aumento do número de escolas nas Terras Indígenas e, igualmente, o crescimento da autoria indígena na condução dos processos de escolarização, como anunciam os dados que afirmam a ampla atuação de professores indígenas.

O censo escolar indígena feito pelo Ministério da Educação (MEC) em 2006 registrou um total de 2.422 escolas em Terras Indígenas, onde trabalham aproximadamente 11.936 professores, sendo que 90 % destes são indígenas. Essas escolas são frequentadas por uma população de mais de 174 mil alunos. Os dados referentes à educação escolar indígena nos últimos dez anos mostram um crescimento intenso do número de estudantes em todos os níveis de ensino, embora a maior parte dos alunos ainda se concentre no ensino fundamental.

A necessidade de ensino superior vem sendo afirmada pelos povos indígenas que lutam por seus direitos. Para construir uma vida digna às futuras gerações e, principalmente,

* **Andréa dos Santos Benites**, Vice-Pró-Reitora de Graduação, integrante da CAPEIn; **Edilson Amaral Nabarro**, Secretário de Assistência Estudantil, Presidente da CAPEIn; **Eduardo de Bastos Santos**, representante do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, integrante da CAPEIn; **José Otávio Catafesto de Souza**, antropólogo, professor no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, pesquisador junto aos Povos Indígenas, integrante da CAPEIn; **Maria Adélia Pinhal de Carlos**, Coordenadora da Comissão Permanente de Seleção, integrante da CAPEIn; **Maria Aparecida Bergamaschi**, professora na Faculdade de Educação da UFRGS, pesquisadora do tema Educação Indígena, e integrante da CAPEIn.

assumir a condução autônoma de seus destinos, as sociedades indígenas enfrentam o desafio de aprender como lidar com saberes que não são próprios de sua tradição – jurídicos, linguísticos, técnicos, etc. –, saberes que os interpelam nas relações com o Estado e com as políticas dele advindas. Além disso, há a necessidade premente de formarem professores para suas escolas. Segundo Baniwa (2010), hoje cerca de seis mil estudantes indígenas frequentam o ensino superior no Brasil.

Diferentes modalidades de acesso ao ensino superior estão sendo criadas em universidades brasileiras. Uma delas é decorrente do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), e, segundo Paladino (2012), até o final de 2010 funcionavam no Brasil 24 cursos de licenciatura intercultural para indígenas, localizadas em 17 Estados, com um total de 2.781 alunos. Outra forma de acesso são as Políticas Afirmativas, com criação ou reserva de vagas para estudantes indígenas em mais de 70 universidades brasileiras. Esta modalidade, conquanto atenda reivindicações dos povos indígenas e muitas ofereçam também apoio à permanência, de forma geral ainda é vista em suas limitações, como nos mostram Souza Lima e Barroso-Hoffman (2007, p. 16 e 17):

Intelectuais indígenas têm bastante clareza de que se o acesso às universidades é importantíssimo e que as cotas podem servir como um instrumento valioso, tanto para a situação de povos territorializados – ainda que muitos de seus integrantes estejam em trânsito permanente entre esses territórios e ambientes urbanos deles próximos ou distantes, ou que nesses territórios suas aldeias muitas vezes estejam adquirindo o perfil de cidades, quanto para aqueles que, muitas vezes motivados pela busca da educação, se deslocam para os centros regionais ou mesmo para cidades distantes, como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. [...] Ao incluir os indígenas nas universidades há que se repensar as carreiras universitárias, as disciplinas, abrir novas (e inovadoras) áreas de pesquisa, selecionar e repensar os conteúdos curriculares que têm sido ministrados e testar o quanto estruturas, que acabaram se tornando tão burocratizadas e centralizadoras, podem suportar se colocar ao serviço de coletividades vivas, históricas e culturalmente diferenciadas.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul situa-se entre as universidades que criaram vagas suplementares, específicas para os povos indígenas, caracterizando uma Política de Ações Afirmativas, conforme a Decisão nº 134/2007 do Conselho Universitário (CONSUN).¹ Materializa, assim, “o sonho de estudar na UFRGS”, frase repetida pelos interlocutores indígenas que iniciaram a discussão com a universidade, cultivando esse sonho numa longa caminhada de diálogo. “Afiml, quando a UFRGS abrirá suas portas para nosso povo?”, foi a pergunta que deixou ecoando, desde setembro de 2004, Andila

¹ Esta decisão é decorrente da proposta da Comissão Especial instituída na UFRGS para este fim e designada pelas Portarias nº 3.222, de 3 de novembro de 2006, e nº 3.480, de 17 de novembro de 2006, que recebeu emendas aprovadas em plenário na sessão de 29 de junho de 2007.

Nĩvygsãnh Inácio, professora e líder Kaingang da Terra indígena da Serrinha, Rio Grande do Sul, por ocasião da Semana Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação.²

Juntando-se ao movimento que se instalou na Universidade em prol de cotas para afrodescendentes, diversos eventos trouxeram representantes indígenas em reuniões, debates e outras situações em que se debatia a abertura da universidade para setores até então ausentes da academia. O Grupo de Trabalho Ações Afirmativas,³ bem como o Programa Conexões de Saberes⁴ foram parceiros e mediadores dessas reivindicações. Ainda em dezembro de 2006, lideranças indígenas, reunidas na UFRGS, discutiram como e por que almejavam o ingresso nos cursos de graduação. Na ocasião, Seu João Padilha, reconhecido como importante liderança Kaingang da Terra Indígena Borboleta, Rio Grande do Sul, dizia que para resolverem seus problemas internos, as comunidades indígenas não precisavam da universidade, mas ficava cada dia mais forte a necessidade de ter quadros formados para realizar a interlocução com a sociedade nacional e ocupar cargos hoje ocupados por não indígenas na condução de políticas governamentais para povos indígenas. Porém, não é suficiente pensar só no ingresso; essa discussão deverá ser acompanhada pela preocupação com a permanência, explicava a liderança.

Enfim, o sonho transformado em lei, cujo Artigo Primeiro anuncia:

Fica instituído o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas. (Art. 1º)

Essa decisão instituiu um Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, que tem como um de seus objetivos promover a diversidade social e étnico-racial no ambiente universitário, propiciando a maior presença de estudantes originários de escolas públicas, de estudantes autodeclarados negros, bem como de estudantes indígenas na universidade. Tal decisão visa compensar os grupos sociais que, historicamente, foram excluídos do espaço universitário. A reserva de vagas, garantida pelo Programa de Ações Afirmativas,

² Nesse evento foi organizado um painel intitulado “A questão das Ações Afirmativas e a Formação Indígena: a experiência na UNEMAT”, em que Andila Nĩvygsãnh Inácio participou na condição de aluna do Curso de 3º Grau Indígena daquela Universidade. Atualmente, já é Especialista em Educação, formada pelo Curso de Especialização (PROEJA) na Faculdade de Educação da UFRGS.

³ O Grupo, constituído por alunos, professores e técnicos da universidade, comunidades indígenas, movimento negro e movimentos sociais diversos, nasceu no ano de 2005, a partir da iniciativa de estudantes, com o objetivo de impulsionar o debate sobre ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Programa desenvolvido pela UFRGS desde 2005, em parceria com o MEC/SECAD, que visa apoiar a permanência de estudantes de origem popular na universidade. Destaca-se, entre os objetivos do programa para o período de 2006-2007, “implementar e potencializar discussões sobre o ingresso e permanência dos jovens de territórios populares na Universidade”, entre esses os indígenas.

deverá vigorar durante cinco anos, avaliada anualmente, podendo ser prorrogada após uma avaliação em 2012.

A Decisão nº 134/2007, no Artigo 12, assevera que “no ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), ouvidas as comunidades indígenas e a Comissão de Graduação (COMGRAD) dos cursos demandados”. No mesmo artigo, a decisão define caminhos para o ingresso e permanência do estudante indígena:

§1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico.

§2º - As vagas para indígenas serão criadas, anualmente, especificamente para este fim. Aquelas que não forem ocupadas serão extintas.

2 Ingresso e permanência do estudante indígena

Pela Decisão nº 134/2007 do Conselho Universitário da UFRGS, em seu Artigo 12, foi instituída a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn), que tem sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como sua inserção e acompanhamento no ambiente acadêmico. Para compô-la, foram designados, por meio da Portaria nº 2.818/2007, os membros da Comissão, com as seguintes representatividades: Secretaria de Assistência Estudantil (coordenação); Vice-Pró-Reitoria de Graduação; Comissão Permanente de Seleção; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Antropólogos e Professores pesquisadores de temas envolvendo os povos indígenas. Também participam estudantes indígenas escolhidos pelo grupo. Desde então, a CAPEIn atuou no sentido de criar as bases de ingresso e da permanência qualificada dos estudantes na UFRGS. Sucessivas reuniões, ainda no segundo semestre de 2007, criaram espaços de diálogo com as entidades que atuam com os povos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI-RS), o Conselho Estadual de Povos Indígenas (CEPI-RS), lideranças indígenas e representantes de outras universidades.

Estes espaços, bem como os textos e informações trazidas pela/para a CAPEIn, propiciaram um melhor entendimento do processo de ingresso dos estudante indígenas. O setor jurídico da UFRGS contribuiu, orientando por meio de parâmetros legais que definiram, por exemplo, a abrangência nacional do edital, contemplando todos os povos indígenas do Brasil.

Também foram definidos os pressupostos orientadores do processo seletivo para ingresso no primeiro semestre letivo de 2008, tendo o diálogo com as comunidades indígenas do Rio Grande do Sul como marco inicial e permanente. A primeira reunião para ouvir as demandas indígenas ocorreu nos dias 12 e 13 de novembro, em um local

especialmente locado pela UFRGS para esse fim – a Casa de Retiro Vila Betânia, no bairro Glória, Porto Alegre.

A Universidade encaminhou convites e viabilizou a vinda de representantes de 28 Terras Indígenas Kaingang e 24 Terras Indígenas Guarani do Rio Grande do Sul, comunidades já parceiras em projetos de Pesquisa e Extensão em diferentes unidades da UFRGS. Nesse encontro, foi apresentada a decisão do CONSUN, bem como os integrantes da CAPEIn e, após, encaminhados debates envolvendo representantes dos povos Kaingang e Guarani, do grupo da Universidade e entidades parceiras. Os pontos principais foram postos em pauta para tomada de decisões:

1. Quanto aos cursos apontados para 2008, foram contempladas as áreas da *Educação* (Licenciaturas em História, Matemática, Pedagogia e Letras), *Saúde* (Medicina, Enfermagem e Odontologia), *Comunicação* (Jornalismo), *Ciências da Terra* (Agronomia) e *Direito* (Ciências Jurídicas), uma tendência que se manteve nos cinco anos de ingresso (2008-2011).
2. Quanto ao acesso, as principais deliberações foram: inscrição para o processo seletivo de forma presencial. Os inscritos devem afirmar sua identidade étnica por meio de uma declaração assinada pelas lideranças da aldeia, com anuência do CEPI e/ou da FUNAI.
3. O processo seletivo será diferenciado, contemplando de forma mais incisiva o domínio da Língua Portuguesa.
4. Quanto à permanência, foi evidenciada a necessidade de auxílio financeiro (bolsas), bem como moradia e acompanhamento pedagógico de professores e colaboração de colegas de curso. Essa deliberação encaminhou a indicação de um professor tutor⁵ em cada curso, cuja denominação foi logo substituída por professor orientador, bem como a criação de uma monitoria, a ser desempenhada por um colega mais antigo de curso, também bolsista, com a incumbência de acompanhar o estudante indígena em seu primeiro período na Universidade.

Embora possa haver uma interpretação ambígua dessas iniciativas, avaliamos que as ações da universidade devem proporcionar um cuidado primoroso com o ingresso e a permanência, proporcionais à complexidade da situação, acompanhando o estudante indígena, a fim de que se sinta confortável nesse outro universo, sem, no entanto, produzir o incômodo de serem desvalorizados ou “vistos como incapazes”, como ocorria na

⁵ Esse termo, sugerido pelos próprios indígenas, causou certo desconforto nos meios acadêmicos e, inclusive entre os estudantes indígenas, visto que poderia relembrar a continuidade da tutela desempenhada pelo Estado desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, até a Constituição Federal de 1988.

antiga tutela do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da FUNAI.⁶ É um estudante que se formou inserido numa outra concepção de ser e estar no mundo e nossa atuação deve caminhar no sentido de não distanciar esse estudante do seu mundo, mas ao mesmo tempo, proporcionar o máximo de proveito acadêmico no curso que escolheu, cumprindo assim o seu objetivo particular e os anseios da comunidade que aqui representa.

A partir do primeiro encontro para ouvir as lideranças indígenas, a CAPEIn reuniu-se com as Comissões de Graduação (COMGRADs) dos cursos indicados para receber os primeiros estudantes indígenas e no dia 5 de dezembro de 2007 também foi realizada reunião com o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), que, na sessão de 12 de dezembro de 2007, aprovou, conforme a Decisão nº 39/2007, a distribuição das dez vagas criadas em 2008 nos cursos de graduação da UFRGS, conforme tabela que segue:

Tabela 1 – Vagas criadas nos cursos de graduação da UFRGS em 2008

CURSOS	Nº DE VAGAS 2008
Agronomia	01
Ciências Jurídicas e Sociais (Diurno)	01
Comunicação Social – Jornalismo	01
Enfermagem	01
História – Licenciatura (Diurno)	01
Letras – Licenciatura	01
Matemática – Licenciatura (Diurno)	01
Medicina	01
Odontologia	01
Pedagogia	01
TOTAL	10

Com isso, a CAPEIn contribuiu na elaboração do Edital 2008, concretizando o primeiro processo seletivo destinado a candidatos indígenas pertencentes às etnias residentes no território nacional. Acompanhou o edital o Manual do Candidato, em que foram explicitados os critérios de inscrição, de realização de provas (data, local), conteúdo e disposições gerais. A Comissão Permanente de Seleção (COPERSE) encarregou-se do processo seletivo, que ocorreu na então Escola Técnica da UFRGS, no dia 18 de fevereiro de 2008. Naquela ocasião, participaram da seleção 43 estudantes indígenas, das etnias Kaingang e Guarani.

⁶ Nas primeiras décadas do século XX, o SPI, com o respaldo jurídico do Código Civil Brasileiro (de 1916), concebia os índios como “relativamente capazes” e, por isso, deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal, mais tarde substituído pela FUNAI. Em 1973, foi promulgado o Estatuto do Índio, que dispõe sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com os índios, seguindo os princípios de tutela estabelecida pelo SPI, até que eles estivessem “integrados à comunhão nacional”. Juridicamente, a tutela foi extinta em 1988, na nova Constituição Federal.

A seleção constituiu-se de duas provas, sendo uma de Língua Portuguesa, com vinte e cinco questões de múltipla escolha, e uma Redação de modalidade dissertativa, dispondo os candidatos de três horas para a realização de cada uma, ambas realizadas em um único dia. O candidato inscrito para a Licenciatura em Matemática não compareceu à seleção, sendo então classificados nove estudantes indígenas, oito pertencentes ao povo Kaingang e um Guarani, que passaram a cursar as graduações na UFRGS a partir de 2008/1.

Os estudantes indígenas que ingressaram em 2008 apresentam os seguintes pertencimentos:

Quadro 1 – Pertencimento étnico dos estudantes indígenas ingressantes em 2008

CURSO	ETNIA	TERRA INDÍGENA
Agronomia	Kaingang	Nonoai, RS
Ciências Jurídicas e Sociais	Kaingang	Granja Esperança – Cachoeirinha, RS
Enfermagem	Kaingang	Guarita, RS
História – Licenciatura	Kaingang	Nonoai, RS
Jornalismo	Kaingang	Nonoai, RS
Letras – Licenciatura	Guarani	Cantagalo – Viamão, RS
Medicina	Kaingang	Serrinha, RS
Odontologia	Kaingang	Cacique Doble, RS
Pedagogia	Kaingang	São Leopoldo, RS

Cinco destes alunos instalaram-se na Casa do Estudante da UFRGS (CEU) e os demais alunos mantiveram residência independentemente da Universidade, morando em suas aldeias de origem ou em grupos familiares, em localidades próximas à universidade.

Seguindo a determinação da Decisão nº 134/2007, em 2008 realizou-se o II Encontro das Lideranças Indígenas para definição dos cursos do processo seletivo 2009/1, ocorrido no dia 24 de novembro na Faculdade de Educação da UFRGS. A escolha dos cursos envolveu a participação de três Grupos de Trabalho (GTs): Kaingang, Guarani e não indígena. A relação dos cursos é indicada a seguir:

Tabela 2 – Vagas criadas nos cursos de graduação da UFRGS em 2009

CURSOS	Nº DE VAGAS 2009
Agronomia	01
Ciências Jurídicas e Sociais – Direito (Diurno)	01
Ciências Sociais – Licenciatura (Diurno)	01

continua...

continuação

CURSOS	Nº DE VAGAS 2009
Enfermagem	01
História – Licenciatura (Diurno)	01
Letras – Licenciatura	01
Medicina	01
Nutrição	01
Odontologia	01
Pedagogia	01
TOTAL	10

Conforme o Edital 2009, de 19 de dezembro de 2008, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul torna pública a abertura de inscrições para o Processo Seletivo Específico, visando o ingresso em cursos de graduação no período letivo de 2009, 1º semestre, mediante a oferta das dez (10) vagas suplementares, citadas na Tabela 2, conforme Decisão do CEPE nº 56/2008. A exemplo do ano anterior, o Processo Seletivo Específico constou de duas provas, uma de Redação, de caráter dissertativo, e outra objetiva de Língua Portuguesa, realizadas no dia 17 de janeiro de 2009.

Inscreveram-se 73 estudantes indígenas, originários das seguintes Terras Indígenas ou municípios:

Tabela 3 – Candidatos de cada Terra Indígena em 2009

TERRA INDÍGENA OU MUNICÍPIO	NÚMERO DE INSCRITOS
Água Santa	05
Benjamin Constant do Sul	14
Cacique Doble	09
Charrua	07
Espigão	01
Iraí	06
Miraguaí	02
Nonoai	03
Planalto	06
Porto Alegre	04
Redentora	07
Salto do Jacuí	01

continua...

continuação

TERRA INDÍGENA OU MUNICÍPIO	NÚMERO DE INSCRITOS
São Leopoldo	01
Tenente Portela	07
TOTAL	73

É interessante destacar que a vaga para o curso de Letras – Licenciatura não foi aproveitada, pois nenhum estudante inscrito optou por este curso, mesmo sendo indicado pelas lideranças como uma formação importante e necessária para as sociedades indígenas. Assim, a distribuição do número de candidatos por curso tomou a seguinte forma:

Tabela 4 – Inscritos por curso para o Processo Seletivo Específico Indígena em 2009

CURSOS ESCOLHIDOS	NÚMERO DE CANDIDATOS
Agronomia	09
Ciências Jurídicas e Sociais – Direito (Diurno)	05
Ciências Sociais – Licenciatura (Diurno)	05
Enfermagem	18
História – Licenciatura (Diurno)	04
Medicina	14
Nutrição	06
Odontologia	06
Pedagogia	07
TOTAL	73

Os estudantes indígenas que ingressaram no ano letivo de 2009 apresentaram os seguintes pertencimentos:

Quadro 2 – Estudantes indígenas ingressantes em 2009

CURSO	ETNIA	TERRA INDÍGENA
Odontologia	Kaingang	Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS
História	Kaingang	Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS
Agronomia	Kaingang	Cacique Doble, RS
Direito	Kaingang	Miraguaí, RS
Nutrição	Kaingang	Morro do Osso, Porto Alegre, RS

continua...

continuação

CURSO	ETNIA	TERRA INDÍGENA
Ciências Sociais	Kaingang	Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS
Enfermagem	Kaingang	Votouro, RS
Medicina	Kaingang	Nonoai, RS

O estudante indígena selecionado para Pedagogia, após uma semana de aula, retornou para sua aldeia, abandonando o curso. Mesmo sendo visitado por representantes da Secretaria de Assistência ao Estudante, o aluno manteve sua vontade de permanecer na aldeia, pois, segundo ele, não se acostumou a viver longe dos filhos e da esposa. Dos oito alunos que permaneceram, cinco instalaram-se na CEU e os demais estudantes mantiveram residência fora da Universidade.

Dando prosseguimento aos trabalhos da Comissão, no sentido de propiciar o diálogo entre a Universidade e as comunidades indígenas, ainda no ano de 2009 foi realizado o III Encontro das Lideranças Indígenas para Definição dos Cursos do Processo Seletivo 2010, no dia 29 de outubro de 2009. Na ocasião, a Universidade apresentou às lideranças os cursos de graduação da UFRGS, com o objetivo de alargar as possibilidades de escolha. Após, os estudantes indígenas falaram sobre suas trajetórias nos diferentes cursos da UFRGS, além de oferecerem sugestões para as lideranças indígenas de como poderiam melhorar o processo de escolha dos cursos. Sugeriram procedimentos de como poderiam preparar seu povo, principalmente o jovem que egressa do ensino médio, para optar pelos cursos oferecidos pela UFRGS.

Nesta oportunidade, os cursos escolhidos para 2010 foram os seguintes:

Tabela 5 – Vagas criadas nos cursos de graduação da UFRGS em 2010

CURSOS	Nº DE VAGAS 2010
Agronomia	01
Ciências Biológicas – Licenciatura	01
Ciências Jurídicas e Sociais – Direito (Diurno)	01
Educação Física – Licenciatura	01
Enfermagem	01
História – Licenciatura (Diurno)	01
Matemática – Licenciatura	01
Medicina	01
Odontologia	01
Serviço Social	01
TOTAL	10

Com a finalidade de aprimorar o processo seletivo, as provas do vestibular indígena foram realizadas em duas cidades: Porto Alegre e Passo Fundo, conforme o edital 2010. Inscreveram-se 79 estudantes indígenas (71 Kaingang e 8 Guarani), sendo que as vagas foram assim ocupadas:

Quadro 3 – Estudantes indígenas ingressantes em 2010

CURSO	ETNIA	TERRA INDÍGENA
Educação Física	Kaingang	Miraguaí, RS
Serviço Social	Kaingang	Votouro, RS
Direito	Guarani	Estiva – Viamão, RS
História	Guarani	Estiva – Viamão, RS
Medicina	Guarani	Estiva – Viamão, RS
Biologia	Kaingang	Nonoai, RS
Enfermagem	Kaingang	Miraguaí, RS
Agronomia	Kaingang	Guarita, RS
Odontologia	Kaingang	Cacique Doble, RS
Matemática	Kaingang	Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS

Iniciaram as atividades acadêmicas de 2010/1 dez estudantes indígenas, sendo que nove deles se instalaram na CEU e apenas um ficou morando na aldeia Kaingang da Lomba do Pinheiro, onde realiza as atividades de docente bilíngue na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fag Nhin. Depois da primeira semana de aula, a estudante de Enfermagem retornou para sua aldeia, explicando sua decisão pela falta da família e também porque seus familiares na aldeia sentiam muito sua falta e precisavam dela naquele momento.

Buscando aprimorar o ingresso dos estudantes indígenas na UFRGS, a CAPEIn decidiu realizar a reunião anual para a escolha dos cursos mais descentralizada, favorecendo assim a participação de um número mais significativo de pessoas. Em novembro de 2010, dois encontros foram articulados: um em Porto Alegre, agregando lideranças das Terras Indígenas da territorialidade Guaíba; outro encontro em Passo fundo, favorecendo a participação de representantes de Terras Indígenas situadas no norte do Rio Grande do Sul. Nessas reuniões, os cursos indicados para 2011 foram os seguintes:

Tabela 6 – Vagas criadas nos cursos de graduação da UFRGS em 2011

CURSOS	Nº DE VAGAS 2011
Ciências Biológicas	01
Enfermagem	01
Farmácia	01
História – Licenciatura	01
Medicina	01
Medicina Veterinária	01
Odontologia	01
Pedagogia	01
Psicologia	01
Serviço Social	01
TOTAL	10

Participaram do processo seletivo 76 candidatos, realizando a prova em Porto Alegre e em Passo Fundo, no dia 22 de janeiro de 2011. Os dez classificados pertencem ao povo Kaingang (9) e ao povo Guarani (1), originários de diferentes Terras Indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, conforme quadro que segue:

Quadro 4 – Terras Indígenas e os respectivos cursos de 2011

CURSOS	TERRA INDÍGENA
Ciências Biológicas	Estiva, Viamão, RS
Enfermagem	Votouro, RS
Farmácia	Nonoai, RS
História – Licenciatura	Cacique Doble, RS
Medicina	Borboleta, RS
Medicina Veterinária	Nonoai, RS
Odontologia	Ventarra, RS
Pedagogia	Nonoai, RS
Psicologia	Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS
Serviço Social	Acampamento Indígena São Roque

3 A permanência do estudante indígena na UFRGS

“Não adianta ter vaga na universidade se não houver um apoio concreto para a permanência”. Esta foi uma expressão repetida nas reuniões pelas lideranças indígenas que antecederam o ingresso dos primeiros estudantes. Com a mesma compreensão, a UFRGS estabeleceu algumas ações de apoio à permanência do estudante indígena:

- *Moradia e alimentação*: os estudantes indígenas têm, automaticamente, uma vaga na CEU, com acesso ao Restaurante Universitário (RU).
- *Bolsas*: os estudantes indígenas recebem auxílio financeiro por meio de uma bolsa individual, que em dezembro de 2011 correspondia ao valor de R\$ 500,00, para manterem-se na universidade. A bolsa é concessão da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), que também fornece auxílio-transporte, sendo que os estudantes com filhos menores de cinco anos recebem ainda um valor adicional. A contrapartida do estudante indígena é o seu envolvimento com o estudo e o acompanhamento do curso.
- *Auxílio de material pedagógico*: a SAE adquire material pedagógico necessário ao aluno indígena para acompanhamento do curso. A lista deste material é encaminhada à SAE pela COMGRAD de cada curso. O aluno indígena, a exemplo de outros estudantes que usufruem da moradia universitária, também tem direito a uma cota de cópias por mês, que podem ser feitas na copiadora disponível na CEU.
- *Inglês para estudantes indígenas*: por solicitação dos estudantes indígenas, foi organizado um curso de inglês específico aos alunos indígenas, oferecido por meio de projeto de extensão que envolve estudantes e professores do Instituto de Letras e da Faculdade de Educação (FACED). No ano de 2008, as alunas responsáveis pelo curso foram Bruna Morelo e Alana Zanardo e, em 2009, Camila Dilli Nunes somou-se ao grupo. Em 2010, o curso de inglês esteve a cargo das alunas Ana Cristina Balestro e Roberta Franco Netto, todas do curso de Letras da UFRGS, sendo que Bruna Morelo retomou o curso em 2011. As aulas ocorreram, nos primeiros semestres, em uma das salas da FACED. Em 2010, a sala dos estudantes indígenas na CEU passou a ser o local das aulas de inglês. Frequentam o curso os estudantes que precisam do inglês como língua de apoio para melhor aproveitamento do curso.
- *Informática*: foi criada pela UFRGS uma monitoria de informática que acompanha os estudantes na CEU, onde há três computadores específicos para os alunos indígenas. Também foi disponibilizada, no ano de 2010, uma sala de informática específica para os estudantes indígenas, localizada na CEU e que, igualmente, funciona como sala de reuniões.
- *Acompanhamento do processo pedagógico*: para acompanhar cada estudante indígena foi criada uma tutoria – cuja denominação logo foi substituída por “professor orientador”. Esse professor se constitui numa referência para o estudante

em seu curso e também se responsabiliza por orientar o monitor, estudante que recebe uma bolsa-monitoria para acompanhar o colega indígena e auxiliá-lo nas eventuais dificuldades.

Conforme documento elaborado pela CAPEIn, o Orientador é, necessariamente um Professor escolhido/indicado pela COMGRAD de seu curso, cujas atribuições, em suma, são as que seguem:

- Acompanhar a matrícula do estudante indígena, orientando-o nas escolhas e nas decorrências dessas escolhas e definições para o desenvolvimento do curso.
- Orientar o estudante em relação às características e funcionamento do curso, bem como o sistema de avaliação.
- Dedicar, no mínimo, um horário semanal para conversar com o estudante, se dispondo a uma “escuta sensível” em relação às suas angústias e vivências na universidade.
- Verificar se o estudante está acompanhando as aulas, identificando possíveis dificuldades e encaminhando soluções (por exemplo: dificuldade com as leituras = encaminhar sessões de estudo com o monitor; necessidade de conhecimento em língua estrangeira = buscar inserção em cursos oferecidos pela universidade e/ou outros; dificuldades em relação a equipamentos e materiais = informar o SAE ou viabilizar uso de laboratórios; etc.).
- Orientar e avaliar o monitor quanto às suas atividades junto ao estudante indígena, estabelecendo um plano de trabalho; acompanhar e avaliar os relatórios realizados pelo monitor.
- Ponderar, junto ao monitor, uma justa medida entre os extremos da tutela e da ausência, dada principalmente pelo bom senso, em relação a um acompanhamento respeitoso e valorizador do estudante indígena.
- Fomentar junto aos colegas professores a discussão e a reflexão acerca do significado da presença indígena na universidade, às especificidades que a situação de diferença étnica e cosmológica coloca para e na instituição.
- Criar situações de diálogo intercultural, possibilitando que a universidade também se altere, reflita e se repense a partir da presença indígena.

Já a monitoria é constituída por um estudante de graduação matriculado no mesmo curso do estudante indígena que irá monitorar. Escolhido pelo orientador, juntamente com a COMGRAD, será bolsista da PROGRAD, tendo que cumprir em sua monitoria, no mínimo, 12 horas semanais, priorizando as seguintes ações:

- Dispor de horários semanais para trabalhar com o estudante indígena: leitura de textos, laboratório de informática, etc.
- Auxiliar o estudante indígena no uso de equipamentos, programas e ferramentas da informática, necessários à vida acadêmica como, por exemplo, internet e Word.

- Auxiliar o estudante no uso da biblioteca, na localização dos materiais necessários, sistema de empréstimos, prazos, etc.
- Acompanhar o estudante na localização e providência dos materiais e equipamentos para cada disciplina: cópias, polígrafos, *sites*, jalecos, etc.
- Principalmente nos primeiros dias de aula, auxiliar o estudante indígena em relação ao local e horário das disciplinas.
- “Traduzir” para o estudante indígena situações próprias da vida acadêmica e da vida na cidade (por exemplo: itinerário de ônibus, localização dos *campi* e prédios, horários e procedimentos dos RUs).
- Reconhecer e respeitar a identidade étnica do colega indígena, dispondo-se a apreender acerca de seu modo de vida, buscando assim superar as incompreensões próprias nos processos de contatos interétnicos.
- Elaborar um plano de trabalho em conformidade às orientações do orientador e às necessidades expressas pelo estudante indígena (não há, nesse sentido, uma regra geral, pois cada estudante tem uma característica própria nesse ingresso na UFRGS, dada pela sua trajetória anterior: conhecimento do mundo não indígena; conhecimento da Língua Portuguesa, etc.).

Torna-se importante registrar que a política de assistência aos estudantes indígenas, mesmo disponibilizando os mesmos benefícios fornecidos a todos os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, apresenta algumas especificidades de natureza compensatórias, de modo a garantir condições de igualdade para uma adequada integração institucional, desenvolvimento acadêmico e perspectivas objetivas de conclusão dos cursos. Nesse sentido, o acompanhamento pedagógico dos alunos, além de contar com o apoio dos monitores, professores orientadores e COMGRADs, necessita igualmente do protagonismo das comunidades e lideranças indígenas na perspectiva de “cuidar” da trajetória escolar de seus membros, convergindo de algum modo com as ações desenvolvidas pela Universidade.

A política, embora cuidada sob os aspectos materiais e pedagógicos, também mostra algumas fragilidades, como por exemplo, o não preenchimento de todas as vagas e infrequência dos alunos.⁷ Mas mesmo assim, um primeiro olhar mostra uma política em andamento e uma presença que já faz “mudar a paisagem” da universidade. Nos quatro anos de ingresso e de funcionamento desta política, 30 estudantes indígenas estão acompanhando os cursos indicados.

A CAPEIn acompanha o desempenho de cada um dos alunos, buscando criar situações para potencializar o aproveitamento em cada disciplina e contribuir para o bom desempenho e a conclusão do curso. Essa é uma das questões colocadas pelas lideranças: que a universidade não se preocupe apenas com o ingresso e a permanência, mas com a

⁷ Embora observemos que o desempenho dos estudantes indígenas esteja muito próximo do desempenho dos demais estudantes da UFRGS, um dos maiores fatores de reprovação é a infrequência.

saída desses estudantes, evidentemente já formados. A expectativa da UFRGS é que em 2012/1 tenhamos a primeira aluna indígena graduada no curso de Enfermagem, inaugurando um ritual de passagem que almejamos para todos os estudantes que ingressaram na universidade.

4 *Qualificando a permanência*

Com o objetivo de qualificar a permanência do estudante indígena e possibilitar um melhor aproveitamento nos seus respectivos cursos, a Comissão mantém um diálogo com os mesmos, sendo que a participação da representação dos estudantes nas reuniões quinzenais da Comissão é um dos aspectos que possibilita esse diálogo. Também são realizados encontros, para os quais são convidados todos os estudantes indígenas, os integrantes da CAPEIn e técnicos da UFRGS que atuam diretamente no acompanhamento desta política afirmativa. Uma das mais importantes reuniões foi o Café da Manhã na Casa do Estudante, que ocorreu na manhã de sábado do dia 28 de maio de 2010. Estiveram presentes 14 estudantes indígenas, que se manifestaram, avaliando, na concretude, a Política Afirmativa que está possibilitando a presença dos estudantes indígenas na UFRGS. Algumas falas explicitaram a satisfação de estar realizando um sonho acalentado por muito tempo de estudar na UFRGS e destacaram também a importância da reunião. Os estudantes encaminharam solicitações de material e de esclarecimentos quanto ao papel dos monitores, relataram as principais dificuldades, bem como os aspectos positivos da sua presença na Universidade e no seu curso em particular. Outras reuniões foram realizadas, em geral na CEU, pois é o espaço mais fácil de reunir um maior número de alunos.

Outra iniciativa que expressa a vontade de qualificar a permanência em todos os cursos foi a reunião que a Comissão realizou na Faculdade de Agronomia, no dia 10 de junho de 2010, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor, do professor coordenador da COMGRAD da Faculdade e da CAPEIn, oportunidade em que foram tratados assuntos que dizem respeito especificamente aos alunos daquele curso. Também estiveram presentes dois dos três alunos indígenas do curso de Agronomia, a professora orientadora desses alunos e o monitor.

Em abril de 2011, os estudantes indígenas foram autores de um evento que mostrou para a comunidade universitária a presença indígena na UFRGS: foi organizada a I Semana dos Povos Indígenas na UFRGS, com palestras, apresentações culturais e celebrações. Podemos dizer que as ações da CAPEIn se pautam na crença de uma possível qualificação do acesso e permanência do estudante indígena na Universidade, superando alguns limites postos pelas incompreensões próprias da pouca experiência institucional para

o diálogo entre universos culturais tão diferentes. Igualmente se pauta na crença de um possível diálogo que, assentado nas diferenças, também enriquece a universidade.

Referências

- BANIWA, Gersem; HOFFMANN, Maria Barroso. Introdução. In: LUCIANO, Gersem José dos Santos; OLIVEIRA, Jô Cardoso de; HOFFMANN, Maria Barroso. *Olhares indígenas contemporâneos*. Brasília: Centro Indígena de Pesquisas, 2010.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Org.). *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados*. Rio de Janeiro: Trilhas de Conhecimento, 2007.